

Intensidade do trabalho: questões conceituais e metodológicas

Recebido: 20.07.13

Aprovado: 07.02.14

Sadi Dal Rosso
& Ana Cláudia Moreira Cardoso*

* Sadi Dal Rosso é professor titular da Universidade de Brasília (UnB), Ph. D. (University of Texas at Austin). <sadi@unb.br>; Ana Cláudia Moreira Cardoso é pesquisadora do Departamento Intersindical de Estatística e de Estudos Socioeconômicos (Dieese), doutora (Universidade de São Paulo e Paris VIII). <anac@dieese.org.br>.

Resumo: O objeto deste artigo é a discussão de elementos conceituais e metodológicos envolvidos com o fenômeno da intensidade do trabalho. Pesquisas realizadas em diversos países mostram que a intensificação é um componente estruturante do trabalho na contemporaneidade e essa tendência tem a capacidade de se prolongar por tempo indefinido sob o paradigma da hegemonia neoliberal que continua a reger as relações econômicas mundiais. O mesmo consenso não prevalece em relação a definições conceituais do fenômeno, seus correspondentes pressupostos teóricos e suas implicações metodológicas. A análise desta falta de consenso constitui o objetivo principal deste artigo. Para atender a este objetivo, será realizada uma revisão da literatura sobre a formulação da teoria do valor trabalho e de pesquisas recentes sobre o tema. A discussão conceitual e metodológica ancora-se na prática de levantamento de informações por meio de *surveys* da European Working Conditions Survey (EWCS), cujos questionários e relatórios serão analisados no tocante à objetividade e subjetividade, à relação das práticas empíricas com pressupostos conceituais, entre outros. Este ensaio de crítica conceitual e metodológica tem em vista estabelecer parâmetros para pesquisas necessárias ao contexto brasileiro, dadas, especialmente, as implicações da intensificação laboral sobre as condições de saúde de quem trabalha.

Palavras-chave: teoria do valor trabalho; intensidade laboral; conceitos; metodologia.

Introdução

O cerne da discussão deste artigo está focado no alcance da conceituação e organização das práticas do estudo empírico do fenômeno da intensidade laboral. Pesquisas levadas a termo em diversos países são praticamente unânimes em fornecer evidências sobre a existência de um processo de crescente intensificação do trabalho contemporâneo. *Surveys* realizados nos países da União Europeia nos últimos vinte anos pela Fundação Europeia para o Desenvolvimento das Condições de Vida e de Trabalho posicionam-se de maneira categórica a respeito da tendência do fenômeno do grau da intensidade no contexto do trabalho contemporâneo.

A intensidade, tal como percebida pelos empregados, aumentou entre 1995 e 2000. Esta tendência não pode ser totalmente explicada pela disseminação de constrangimentos objetivos das cadências impostas pela organização do trabalho (Boisard *et alii*, 2003: 67).

No relatório de outro *survey*, conclui-se que “não há elementos para a hipótese de que a intensificação do trabalho tenha cessado ou que esteja diminuindo” (Burchell

et alii, 2009: 59). Mais recentemente, outra vertente de análise reforça esta tese: “o trabalho ficou mais intenso, mas os trabalhadores labutam durante menos horas” (Parent-Thirion *et alii*, 2012: 128). A análise do *survey* de 2010 permite aos seus autores também afirmarem que os “riscos psicossociais provavelmente cresceram com o aumento da intensidade” (Parent-Thirion *et alii*, 2012: 129). Elevada a intensidade do trabalho, agravam-se a vulnerabilidade e os riscos para a saúde do trabalhador, não apenas no terreno físico como também no campo mental e psicológico:

Diferentes estudos não definem o conceito da intensidade do trabalho de forma similar. Contudo, algumas formulações são consistentes e não dependem da forma específica pela qual a intensidade é mensurada. Essa perspectiva sugere que a elevada intensidade laboral representa um alto custo. Em primeiro lugar, pode causar acidentes nos locais de trabalho; depois, está relacionada com condições de trabalho ruins, capazes de comprometer a saúde dos trabalhadores. Constrangimentos de cadência definidos na organização do trabalho estão associados à crescente probabilidade de os trabalhadores sofrerem reveses tanto em relação à saúde física como à sua integridade psicológica (Burchell *et alii*, 2009: 3 e 59).

Essas conclusões convergentes formuladas pela instituição possivelmente de maior respeitabilidade internacional na pesquisa das condições de trabalho não encontram consenso, como visto, quando se trata de conceber e tratar metodologicamente o conceito. O objetivo deste artigo consiste em analisar esta falta de consenso e procurar diminuir o hiato entre os diferentes entendimentos sobre a matéria. Para desenvolver o ensaio, lança-se mão, na primeira parte, de análise da literatura, em particular da formulação originária da teoria do valor trabalho, quando o conceito de intensidade ganhou espaço teórico significativo; e da literatura contemporânea composta de relatórios de pesquisa e artigos publicados.

A segunda parte do ensaio consiste em discutir decisões metodológicas tomadas para o estudo da intensidade do trabalho. A discussão assume como objeto a prática empírica definida para a realização dos já mencionados European Working Conditions Surveys (EWCS). Questionários e relatórios desses *surveys* serão alvo de análise crítica no que respeita à definição da noção de intensidade, bem como a teorização sobre seus determinantes e, conseqüentemente, em relação às decisões empíricas no tocante à forma das perguntas, às alternativas estabelecidas para as respostas dos entrevistados, à implicação de subjetividade ou objetividade, à abrangência exaustiva ou não das alternativas de respostas e itens semelhantes.

A leitura crítica que fazemos sobre o conceito de intensidade e sobre as decisões metodológicas para a pesquisa empírica contribui ainda para os estudos altamente necessários que podem ser levados a termo no ambiente laboral brasileiro, por-

quanto temos observado crescente interesse, notadamente por parte de jovens pesquisadores, em relação ao fenômeno da intensidade, tão antigo quanto a existência do trabalho e tão jovem quanto o desejo de pesquisadores em decifrá-lo.

Intensidade do trabalho na teoria do valor

Parte-se do pressuposto de que intensidade é uma noção geral aplicável a todas as relações de trabalho e não apenas ao sistema assalariado. Não é raro, entre camponeses e pequenos produtores familiares, o trabalho ser muito intenso no período da colheita para prevenir possíveis perdas com a chegada das chuvas. Em regimes de escravidão, fatores estabeleciam univocamente práticas específicas para tornar mais denso o trabalho dos trabalhadores sob o seu comando. Com o capitalismo, o trabalho é intensificado sistematicamente por meio de estratégias organizativas e de gestão pesquisadas, testadas e implementadas pelas empresas.

Marx (1975) trata o fenômeno histórico da intensidade laboral por meio da introdução da maquinaria na indústria e em outros setores de atividade. Máquinas, escreva-se claramente, elevam não apenas a produtividade como também a intensidade do labor, e se alcança este efeito por meio de duas operações, o que explica o caráter sistemático da elevação da intensidade no modo de produção capitalista. Primeiramente, as máquinas aumentam a velocidade média das atividades desempenhadas pelos trabalhadores; depois, reclamam uma nova organização do processo de trabalho no chão de fábrica e nos locais de trabalho em geral. Assim, um mesmo trabalhador pode ser alocado no controle de uma ou de diversas máquinas, simultaneamente. Esta hipótese da relação entre inovação nos processos tecnológicos e reflexo sobre a organização do trabalho é uma das mais fecundas para o estudo da intensidade laboral e modernamente ela foi atualizada por Francis Green (1999).

Até este ponto, examinou-se o processo histórico intensificador, mas não o fenômeno chamado de intensidade. Marx emprega cinco termos para identificar a intensidade laboral, a saber: “gasto aumentado do trabalho em um mesmo intervalo de tempo”, “elevada tensão da força de trabalho”, “preenchimento dos intervalos dos dias de trabalho”, “condensação” e “densidade laboral” (Marx, 1975, I: 409). Estas diferentes expressões descrevem a intensidade laborativa do ponto de vista do sujeito trabalhador, da força de trabalho, da mão de obra e não propriamente do resultado almejado ou da tecnologia, inovação, organização e gestão empregadas. Em segundo lugar, o trabalhador individual ou coletivo despende mais energia, o que transparece com toda a clareza na expressão “gasto aumentado de trabalho” e em todas as demais imagens do texto. Para separar conceitualmente intensidade de outros fenômenos presentes no processo laboral, estabelece-se a condição de que este “gasto aumentado de trabalho” ocorra “em um mesmo intervalo de tempo”.

Pelo critério de “em um mesmo intervalo de tempo”, o conceito de intensidade distingue-se do conceito de alongamento de jornada, bem como permite o raciocínio de que intensidade é compatível com redução da jornada laborativa. Em terceiro lugar, a ideia subjacente transmitida é de que o “gasto aumentado de trabalho” tem por objetivo alcançar a ampliação qualitativa ou quantitativa dos resultados do trabalho, materializados em mercadorias e expressos em valores. Elevar a intensidade laboral não se entende como ato sádico dos gestores, o que pode ser verdadeiro pelo ângulo da psicanálise, e sim como mecanismo ou processo colocado em marcha com o objetivo de retirar o maior resultado possível da atividade dos trabalhadores. No sistema capitalista – e outros modos de produção que são acumuladores –, o grau da intensidade laboral desempenha a função de um poderoso instrumento de acumulação. Como é mais trabalho, também é mais valor. Com o intuito de marcar lugar, destaca-se ainda, e em quarto lugar, que a expressão “gasto aumentado do trabalho em um mesmo intervalo de tempo” é geral, abstrata, pretendendo alcance conceitual, sem fixar-se a uma época histórica ou a uma forma específica de organização do trabalho.

O emprego de cinco termos, contendo descrições, imagens e metáforas – tais como “densidade”, “condensação”, “tensão” –, pode ser interpretado como superabundância de expressões para descrever o mesmo fenômeno, ou ainda como certa dificuldade em precisá-lo conceitualmente, dada a quantidade de condições a que se refere e a possibilidade de construção de diferentes indicadores, como se tem observado no curso da história, tais como: “esforço” (Green, 2000), “carga laboral” (Durand & Girard, 2002; Bartoli, 1980); “velocidade”, “prazos” (Gollac & Volkoff, 1996; Parent-Thirion *et alii*, 2012), “tempos e movimentos” (Taylor, 1967), “polivalência” (Ohno, 1989), “acumulação de tarefas e funções” (Dal Rosso, 2008), “passo do trabalho” (Boisard *et alii*, 2003; Burchell *et alii*, 2009; Parent-Thirion *et alii*, 2012) e outros mais, empregados em diferentes pesquisas de campo.

Ao buscar a convergência no entendimento do fenômeno, a formulação marxista apresenta dois elementos que podem ser interpretados como inquestionáveis no âmbito do sistema capitalista: “gasto aumentado de trabalho no mesmo espaço de tempo” e o objetivo deste dispêndio, isto é, alcançar maiores resultados incorporados em mercadorias e expressos em valor. A perspectiva marxiana da análise da intensidade situa-se no âmbito da teoria do valor, teoria reconhecidamente complexa, hoje ratificada pelo acirrado debate sobre trabalho material e imaterial (cf. entre outros, Amorim, 2012; Antunes, 1999) e trabalho produtivo e não produtivo (Dal Rosso, 2013). Entretanto, concentrar a pesquisa em mais trabalho (“gasto aumentado do trabalho em um mesmo intervalo de tempo”) e em mais mercadoria ou mais valor (o objetivo pelo qual o trabalho é tornado mais intenso) parece uma estratégia promissora.

Para tornar o conceito de intensidade explícito e inquestionável, Fernex organiza o raciocínio com vários *ceteris paribus* (número de trabalhadores, jornada, tecnologia, conforme aplicável) e escreve:

Um crescimento da produção no curso de um período dado para um número de homens-hora determinado, pode resultar de três fatores: 1. ou resulta do aumento da produtividade do trabalho, se a quantidade de trabalho dispensado não mudou; 2. ou é proveniente estritamente de uma intensificação do trabalho, se todas as circunstâncias permanecerem iguais, o único elemento suscetível de explicar esse crescimento sendo o aumento da quantidade de trabalho contido no mesmo número de homens-hora; 3. ou existe a combinação dos dois efeitos, e esta situação parece ser a mais plausível, mas também a que apresenta maior dificuldade (Fernex, 2000: 10-11).

O autor distingue corretamente produtividade e intensidade. Sua estratégia “de trás para a frente” consiste em verificar se ocorreram, em determinado período, mudanças nos resultados do trabalho, mantidas constantes outras variáveis, e atribuir tais mudanças à produtividade, à intensidade ou ao efeito combinado entre ambas. Em termos lógicos, a estratégia é consistente. Ajusta-se mais, entretanto, a ambientes restritos, como estudos de casos em fábricas, fazendas, empresas comerciais, serviços e outros ramos da atividade econômica, por serem suscetíveis a abordagens etnográficas e qualitativas (ver o interessante livro de Sguissardi & Silva Júnior, 2009). A estratégia parece menos aplicável, no entanto, para *surveys* de metrópoles, de alcance nacional ou transnacional.

Ante dificuldades de encontrar um indicador inquestionável para “intensidade”, Cardoso apresenta uma saída inventiva: defende a tese de um conceito em construção.

Estamos diante de um conceito ainda em construção, dada a sua extrema complexidade, associada à variedade de causas e formas de manifestação (Cardoso, 2013: 9).

E acrescenta à lista dos fatores a dificultarem a precisão

a proximidade com outras noções, como produtividade, carga de trabalho, número de trabalhadores, horário de trabalho ou ritmo de trabalho (Cardoso, 2013: 9).

Define a autora o conceito de intensidade com o qual opera:

intensidade do tempo de trabalho significa o esforço físico, psíquico e mental dos trabalhadores para darem conta das exigências do posto, durante o tempo de trabalho (Cardoso, 2013: 11).

Intensidade é o esforço efetuado pelos trabalhadores para atender aos constrangimentos da organização do trabalho durante uma unidade de tempo.

Trata-se de um argumento em favor de uma concepção maleável e não fechada de intensidade, capaz de incorporar aspectos novos e modificações das condições de trabalho que afetam o processo laboral. A mesma noção é desenvolvida por Jégourel, que conceitua intensidade como “nível de esforço fornecido pelos trabalhadores durante o tempo de trabalho” (Jégourel, apud Cardoso, 2013: 11).

O conceito de intensidade do trabalho segundo os European Working Conditions Surveys (EWCS)

Apresenta-se, por fim, o conceito de intensidade contido nos importantes estudos empíricos sobre as condições de trabalho levados a efeito a cada cinco anos pela Fundação Europeia para o Desenvolvimento das Condições de Vida e de Trabalho. Os trabalhos de campo e os relatórios de cada *survey* são realizados por equipes de pesquisadores, cuja composição nem sempre permanece a mesma, permitindo, assim, algumas modificações, seja no entendimento dos fenômenos, seja na análise realizada com os dados coletados.

Instituída pelo Conselho Europeu, em 1975, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida e trabalho na Europa, a fundação de caráter tripartite realiza levantamentos (*surveys*) a cada cinco anos entre os países membros da União Europeia. A sistematização deste trabalho foi efetiva a partir de 1991.

Assentem os pesquisadores que, a partir da década de 1980, um processo de intensificação laboral ocorreu nos países industrializados. Inicialmente de forma discreta, as investigações converteram-se aos poucos em um significativo conjunto de pesquisas a aprofundarem o conhecimento empírico sobre a questão, desenvolvendo, de alguma forma, seus pressupostos teóricos e colocando à prova definições empíricas do objeto; a descreverem um importante fenômeno da sociedade; e, ainda, a diagnosticarem aspectos de um problema social sobre o qual os países membros da União Europeia necessitavam intervir.

A publicação intitulada *Working conditions in the European Union: working time and work intensity* (European Foundation, 2006) apresenta elementos esclarecedores do avanço da pesquisa sobre intensidade do trabalho na Europa e nos demais países industrializados.

Abundante evidência sobre a intensificação do trabalho em países desenvolvidos durante 1980 e 1990 está disponível. Contudo, em

muitos países, medidas satisfatórias de intensidade não estão disponíveis (Askénazy *et alii*, 2006).

Com a utilização de várias metodologias em diferentes disciplinas, muitos estudos chegaram às mesmas conclusões em relação à crescente intensidade laboral em diversos países, incluindo países europeus, os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia (Coninck & Gollac, 2006).

Contudo, em muitos países, medidas completamente satisfatórias para o combate aos efeitos deletérios da intensidade trabalho não estão disponíveis. Na década de 1990, os EWCS forneceram incontestáveis evidências sobre essa intensificação, no âmbito da União Europeia (Paoli & Merllió, 2001; Green & McIntosh, 2001; Burchell *et alii*, 2002). Foi divulgado como essa intensificação do trabalho ocorreu no Reino Unido, a partir da década de 1980 e na primeira parte da década de 1990 (Green, 1999); na França, durante a segunda metade da década 1980 e toda a década de 1990 (Gollac & Volkoff, 1996); e também em outros continentes, como na Austrália e na Nova Zelândia, durante a década de 1990 (Allan, O'Donnell & Peetz, 1999); nos Estados Unidos, especialmente durante a década de 1980 (Askénazy, 2002; Burchell *et alii*, 2009: 25).

O sumário apresentado recupera a produção bibliográfica dos países desenvolvidos. Para que os leitores não tenham uma visão incompleta ou falsa, vale acrescentar os estudos realizados no Brasil e em outros países em desenvolvimento a partir da década de 1990 (Sguissardi & Silva Júnior, 2009; Barbosa, 2009; Pereira, 2010; Cardoso, 2009; Dal Rosso, 2008) e mesmo antes, se tomada como referência a tese da superexploração do trabalho (Marini, 1973).

É frequente a afirmação de que há diferentes maneiras de entender conceitualmente “intensidade”. “Diferentes estudos e grupos interessados não definem intensidade do trabalho como conceito de maneira completamente similar” (Burchell *et alii*, 2009: 3 e 59). Noutro lugar, a dificuldade conceitual é definida

como intensidade laboral, noção empregada comumente, [...] não há uma definição simples devido à variedade de perspectivas dos atores e às formas de trabalho (Burchell *et alii*, 2009: 7),

deixando o leitor ante um horizonte sem perspectivas quanto a um conceito unitário e abrangente. Nos *surveys* EWCS de 2005 e 2010, a intensidade é definida operacionalmente como “*pace of work*”, expressão que pode ser traduzida em português como passo, andar, marcha, ritmo do trabalho, cadência e que remete à organização do trabalho. Não é carga total, nem esforço físico, mental ou afetivo, nem gasto aumentado do trabalho, nem mais trabalho ou outras definições presentes na literatura. É a cadência do trabalho, simplesmente.

A cadência do trabalho é determinada por fatores – também chamados de constrangimentos (*constraints* em inglês, *contraintes* em francês) – historicamente desenvolvidos no mundo industrial e do mercado.

A cadência de trabalho dos empregados é definida por vários constrangimentos que podem ser agrupados em duas categorias: constrangimentos industriais [...] e constrangimentos de mercado (Boisard *et alii*, 2003: 67).

Tais grupos de fatores serão sistematicamente apresentados logo adiante, ao se proceder à análise da parte empírica. É importante desde já esclarecer que os fatores de constrangimento industriais da cadência do trabalho são definidos pela velocidade das máquinas e pelas metas de produção ou desempenho; e os fatores de mercado pelo controle hierárquico das chefias e pelas demandas de clientes e do mercado.

Em outros lugares onde os *surveys* foram realizados, a intensidade é também concebida e analisada a partir dos relatos dos empregados, com destaque para a alta frequência de velocidade, os prazos extremamente exíguos e a falta de tempo (Boisard *et alii*, 2003: 67).

Feito este percurso pela literatura em busca de um conceito unívoco de intensidade, pode-se concluir que o “gasto aumentado do trabalho” constitui um bom ponto de partida para compreender o conceito de intensidade do tempo de trabalho. Tal definição está articulada, entretanto com a respectiva teoria do valor. Dessa forma, o gasto aumentado do trabalho tem em vista a produção de mais mercadorias e de mais valores. Outras concepções de intensidade como a “cadência do trabalho” são entendidas como resultados de fatores históricos prevalentes na indústria e no mercado. Mas na história da sociologia do trabalho, os processos intensificadores foram construídos nas escolas mundiais de organização do trabalho que moldaram o labor décadas a fio e, em consequência de sua adoção em escalas nacionais e globais, ficaram entendidos quase como elementos naturais do trabalho em geral. Assim podem ser interpretadas as propostas de Taylor, Ford e Ohno – apenas para citar nomes inquestionavelmente reconhecidos, por organizarem e gerirem o trabalho de milhares ou milhões de assalariados nas empresas – como intensificadoras do trabalho.

Essas propostas intensificadoras confrontam-se com as práticas usuais de trabalho e com a resistência dos trabalhadores. A capacidade de implementação de mais trabalho contida nestas propostas vai-se perdendo com o passar do tempo ante a resistência organizada dos movimentos. Sucedem-se grandes crises econômicas, que recolocam as condições e a organização do trabalho, entre as quais a intensi-

dade, nos patamares almejados pelo capital. Diante disso, a ideia de conceito em construção (Cardoso, 2013) ou de conceituação aberta capaz de captar os contornos do fenômeno, segundo Jégourel, são maneiras de dar conta de fatores novos, provenientes do emprego da tecnologia e da inovação, de formas organizativas ou de outra fonte de determinantes na estrutura social.

Aspectos metodológicos da estratégia empírica de pesquisa sobre intensidade

Os EWCS talvez sejam as principais tentativas já realizadas de mensuração empírica do fenômeno da intensidade laboral. Daí a relevância de apresentar elementos centrais deste esforço, sobrepondo críticas, se necessário. Cinco surveys realizados a cada cinco anos representam um formidável esforço de pesquisa.

“Work intensity is difficult to measure” (Parent-Thirion *et alii*, 2012: 53). Não sem razão esse postulado perpassa os relatórios de quase todos os *surveys* desde seu início, em 1991. Com o passar dos anos, firmou-se o entendimento de que a intensidade é compreendida como a cadência do trabalho.

Os EWCS empregam um esquema metodológico que combina elementos objetivos e subjetivos como forma de capturar o entorno do fenômeno da intensidade e suas dimensões. Duas questões são formuladas.

A primeira questão construída com este propósito objetivo é voltada para a captação das fontes das pressões, dos constrangimentos, das forças que representam os determinantes da intensidade. A questão 46 do EWCS 2010 é assim redigida:

No geral, a cadência (o ritmo) de seu trabalho depende, ou não, de...?

- o trabalho feito pelos colegas;
- as demandas diretas de pessoas tais como fregueses, passageiros, estudantes, pacientes etc.;
- as metas numéricas de produção ou as metas de desempenho;
- a velocidade automática de máquinas ou movimento de um produto;
- o direto controle do chefe (European Foundation, 2012: 17).

As questões são respondidas pelo entrevistado com “sim” ou “não” e por isso carregariam um sentido objetivo, com a pretensão de tornar a pergunta inquestionável ante imputações de subjetivismo. Há de se relativizar tal pretensão, pelas razões que seguem. As respostas às perguntas são dadas pelos trabalhadores entrevista-

dos, ato que inexoravelmente macula a presunção de objetivismo com traços de subjetivismo. Trata-se do dilema da subjetividade na objetividade. A pesquisa pretende a objetividade e toma todas as providências para tal. Mas, para ter acesso às informações que só o trabalhador detém, necessita estabelecer um contato intersubjetivo, um diálogo entre dois sujeitos desconhecidos – o entrevistador e o entrevistado – no ato artificial da realização da entrevista. Toda pesquisa que envolve manifestação do sujeito entrevistado carrega uma marca de subjetivismo. Tal dilema da subjetividade na objetividade da pesquisa social pode provir – em entrevistas realizadas com o objetivo de preencher questionários de *surveys* – do sujeito entrevistado que realiza o ato de avaliação sobre a pergunta feita e escolhe uma determinada alternativa de resposta; da relação que se estabelece entre o entrevistador e o entrevistado, que são dois desconhecidos que se encontram em uma relação puramente funcional; e, por último, da própria atuação do entrevistador.

Esta marca da subjetividade na busca da objetividade é como se fosse o pecado original da pesquisa social por meio de entrevistas. A subjetividade está inexoravelmente presente. Ao pesquisador resta apenas tentar reduzir o efeito da subjetividade em sua pretensão de objetividade. Se, em determinados experimentos da física na qual o pesquisador realiza uma observação sobre elementos da natureza, sua presença interfere na pesquisa (Prigogine & Stengers, 1984), o que se pode dizer nos estudos sociais que empregam entrevista como técnica de coleta de dados e colocam dois sujeitos, carregando todos os seus universos, frente a frente, em um diálogo inteiramente construído apenas com a finalidade de produzir informações? As marcas dos sujeitos invadem a relação e dão a entender que o alvo da completa objetividade não pode ser atingido pela estratégia formulada, se é que isso seja de alguma forma alcançável. Pergunta-se, ademais, se seria possível ativar mecanismos de vigilância sobre os fatores que induzem a subjetividade na pretensão de objetividade. Os *surveys* são menos sensíveis, quase indiferentes, à vigilância metodológica, dado sua natureza de levantamento de dados por meio de grandes amostras. Podem, entretanto, ser submetidos aos controles da vigilância epistemológica em alguns aspectos, como se arguirá em relação à não exaustão de alternativas na classificação dos fatores de constrangimento das cadências do trabalho.

Chama a atenção também, na pergunta 46 do questionário, o fato de os determinantes serem exteriores ao trabalhador. O próprio trabalhador não é entendido como exercendo qualquer papel na determinação do andamento de seu trabalho. É uma conjectura paradoxal. A ética individual e a ética coletiva, bem como a socialização anterior, não são contempladas como fatores relevantes nas alternativas de resposta, uma vez que não são teoricamente concebidas como tal. A alternativa de o indivíduo cadenciar o seu próprio ritmo ao trabalhar fica excluída do âmbito da pesquisa. Essa decisão epistemológica – de não considerar o indivíduo como fator

de constrangimento – deve ser avaliada como forma de empobrecimento do levantamento de dados e um problema no tratamento conceitual, ainda que a participação do indivíduo apareça, mais adiante, em outras perguntas, como aquelas que tratam da autonomia. Observou-se, entre cortadores de cana que morreram por excesso de trabalho, que a ética de ser o melhor, o mais eficiente em tudo, o campeão, pode ter exercido papel no desfecho fatal. Por não ter como escolha escapar do cumprimento das metas estabelecidas – pois esta é a regra geral das fazendas de cana-de-açúcar –, o trabalhador extravasa sua força e habilidade até o limite – ser campeão –, o que pode colocar em risco a própria vida (Costa, 2006). Parece assim imprescindível o questionário da pesquisa oferecer uma alternativa a contemplar o papel do indivíduo. Que as forças determinantes da cadência do trabalho sejam exteriores ao trabalhador representa um pressuposto de uma prática de pesquisa na qual uma teoria de intensidade está expressa em ação (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 1983: 59 e 88). Como já visto, há uma avaliação histórica sobre os determinantes industriais e de mercado. Tais argumentos são insuficientes, salvo melhor juízo, para excluir o papel do indivíduo.

Outro questionamento consiste em inquirir se as cinco alternativas de respostas são exaustivas ou não. Em alguns documentos é acrescentada outra alternativa de resposta, que são as “normas”, importantes para o entendimento do serviço público, um setor que atua regido por normas. Há ainda outras dimensões não contempladas pela formulação das perguntas e de suas alternativas de respostas.

Para ilustrar o rigor da formulação da pergunta, são apresentados os resultados obtidos a partir de sua aplicação no survey de 2010:

No geral, 11% dos empregados não relatam qualquer determinante da cadência do trabalho, 58% reportam um ou dois determinantes, e 37% relatam três ou mais (Parent-Thirion *et alii*, 2012: 46).

A proporção de trabalhadores cuja cadência no trabalho é determinada por três ou mais fatores externos aumentou nos últimos 20 anos, embora este aumento pareça ter-se nivelado a partir de 2005 (Parent-Thirion *et alii*, 2012: 53).

Este achado é consentâneo com outros resultados (Gollac & Volkoff, 1996) que apontam para um processo de crescimento da intensificação do trabalho desde os anos 1980.

Outro é o objetivo da questão 45 do mesmo questionário: procura captar a intensidade percebida pelo trabalhador. Essa depende de sua avaliação, donde seu sentido mais subjetivista. A pergunta é assim formulada:

E seu emprego envolve:

- a. trabalhar em velocidade muito elevada;
- b. trabalhar em prazos apertados (European Foundation, 2012: 17).

São colocadas sete alternativas ao respondente em uma escala de graduação, conhecida como Escala Nórdica, que vai de “todo o tempo” a “nunca” e mais cinco posições intermediárias assim formuladas: “quase todo tempo”, “em torno de 3/4 do tempo”, “em torno de metade do tempo”, “em torno de 1/4 do tempo”, “quase nunca”. O objetivo da pergunta é captar a intensidade do trabalho, segundo a interpretação atribuída pela pessoa que trabalha. Se a resposta for “nunca”, não existiria processo de intensificação do trabalho em curso de execução percebido pelo trabalhador. Se a resposta for “todo o tempo”, estar-se-ia diante do processo. Esta pergunta faz concessões ao subjetivismo e às possibilidades de erro por parte do trabalhador entrevistado. O problema maior consiste na dificuldade em garantir que sua avaliação seja precisa, isso devido, entre outros fatores, ao número de categorias de respostas.

Para não ficar em termos puramente formais, são apresentados resultados alcançados na história dos *surveys* realizados.

Os achados mostram que desenvolvimentos no tempo dão alguma razão para preocupação. O indicador subjetivo de intensidade de trabalho, que descreve a experiência dos trabalhadores com altas demandas, revela um crescimento generalizado de intensidade de trabalho na maioria dos países europeus nas duas últimas décadas. Ainda que este aumento pareça diminuir a partir de 2005, 62% dos trabalhadores no 5º EWCS relatam que trabalham com prazos apertados (pelo menos um quarto do tempo); e 59% relatam que trabalham em alta velocidade (pelo menos um quarto do tempo) (Parent-Thirion *et alii*, 2012: 53).

Ao comparar as questões 46 e 45 do questionário, compreende-se a diferença de forma pela qual as perguntas e as respostas foram construídas. A questão 46 (determinantes da cadência do trabalho) admite apenas respostas “sim” e “não”, estratégia que minimiza a possibilidade de erros dos respondentes. Tal procedimento enxuto conta pontos em favor da objetividade nas respostas. Não elimina totalmente os erros, mas certamente diminui as possibilidades de equívocos. Já a questão 45 (intensidade percebida mediante avaliação do indicador de velocidade, de prazos restritos e de falta de tempo) requer que o entrevistado, não só responda “sim” ou “não”, como ainda defina uma gradação de sete possibilidades. A probabilidade de erros de julgamento do entrevistado é evidentemente maior, em virtude do número de posições ante as quais é convidado a se manifestar. É mais fácil que o entrevistado erre a avaliação própria entre “em torno de metade do tempo” e “em torno de 3/4 do tempo”

do que quando responde “sim” ou “não” na avaliação de o chefe exercer algum papel em relação à cadência do trabalho. Deduz-se que a questão 46 é mais objetiva do que a questão 45. Entretanto e por outro lado, nenhuma delas – nem mesmo a enxuta questão 46 –, consegue esquivar-se da sujeição a um lastro subjetivo. A subjetividade manifesta-se pelo “sim” e pelo “não”, como também pelo rol da escala de gradações. Assim sendo, não há como a questão 46 esquivar-se da subjetividade. Coloca-se então o problema sobre outras possibilidades de formulação estratégica da pergunta.

A pergunta 45 limita a noção de intensidade a dois indicadores inquestionáveis: grau de velocidade imposta ao trabalho e prazos apertados para a realização de tarefas. A forma de medir intensidade por meio desses indicadores apresenta um grau de durabilidade e permanência muito grande, presente nos questionários dos *surveys* desde de 1996. Formam um precioso e inalienável trunfo da pesquisa. A crítica que pode ser feita não se refere aos indicadores como tal e sim à sua insuficiência para captar a totalidade dos aspectos que a noção de intensidade pode abarcar. Veja-se o indicador de polivalência. Velocidade, prazos e tempo insuficiente não cobrem os espaços conceituais que a noção de polivalência aporta ao processo laboral. Se velocidade e prazo podem estar presentes em situações em que a polivalência se faz presente no labor, esta, todavia, acrescenta novos ingredientes, representados pelo encargo de diversas tarefas, acarretando o desdobramento do trabalhador na execução de várias ações simultâneas. Polivalência é uma variável moderna, cujo espaço conceitual não é preenchido pelas outras determinações da cadência do trabalho. Este parece um problema de corte epistemológico relevante na pesquisa sobre intensidade laboral. Pouco importa se as determinações de mercado e da indústria atinjam o nível de 100% das respostas. A partir de uma dimensão significativa de polivalência em relação à intensidade, é necessário observar seu funcionamento, o papel que preenche e incluí-la no questionário.

Pode-se arguir ainda sobre a redistribuição de tarefas constituir um elemento a mais neste esforço de ampliar o horizonte da compreensão do processo de intensificação laboral. Ela permite vincular o processo de intensificação em si ao contexto histórico em que opera. As formas de intensificação do tempo de trabalho são associadas a seu tempo e a sua história. Na época atual, prevalecem os princípios toyotistas de redução da mão de obra ao mínimo possível, que conduz à polivalência e à redistribuição das tarefas entre os trabalhadores que permanecem empregados. A redução da mão de obra nas empresas-matriz é possível pela terceirização de atividades, o que não anula a redistribuição das tarefas nem a polivalência entre aqueles que permanecem nos empregos, elevando, conseqüentemente, a exigência de esforço e os resultados expressos em mercadorias adicionais e em mais-valia.

Para esclarecer a questão da intensidade, apresenta-se um resultado com dados obtidos em campo pelo *survey* de 2005 sobre a relação entre velocidade e riscos no

trabalho. A proporção de trabalhadores que atuam em posição cansativa e penosa e que trabalham em muito alta velocidade em menos da metade do tempo previsto é de 20%, enquanto a proporção de colegas também expostos à velocidade muito alta, mas em mais da metade do tempo é de 40%, isto é, a proporção dobra de tamanho. Para o quesito de movimentos repetitivos da mão e do braço também aparece uma clara diferença entre trabalhar até metade ou mais da metade do tempo em muito alta velocidade: as proporções para até metade do tempo são de 40%; e mais da metade do tempo de 62,5% (European Foundation, 2006: 13).

Deste ponto em diante, deixa-se o campo estrito da intensidade para entrar nas condições de trabalho em geral, e o questionário do EWCS pode contribuir com o pesquisador brasileiro. As perguntas 23 e 24 empregam a mesma escala de sete gradações já apresentada. A questão 23 refere-se às condições do ambiente de trabalho com nove itens para serem avaliados pelo trabalhador entrevistado, entre os quais “vibrações”, “barulhos”, “temperatura”, “fumaça”, “vapores”, “contatos com produtos químicos e com material infeccioso”; “movimentos repetitivos da mão ou do braço”. Tais condições de trabalho não representam diretamente intensidade. Um local de trabalho pode ser muito barulhento, isso não implica que o grau de intensidade seja, por esta razão, superior. Coloca-se abstratamente, todavia, outra possibilidade, a de o trabalho, em local barulhento, ser também extremamente intenso, a depender da organização e gestão do labor. Veja-se outro exemplo sobre movimentos repetitivos:

Exposição a movimentos repetitivos da mão ou do braço é de longe o risco mais prevalente, com 88% dos trabalhadores relatando que eles têm de fazer movimentos repetitivos da mão ou do braço pelo menos um quarto do tempo de trabalho (Parent-Thirion *et alii*, 2012: 46).

Movimentos repetitivos são riscos prevalentes não apenas no *survey* de 2010, como em todas as cinco edições anteriores. Revela-se, pois, como fator estruturante do trabalho europeu contemporâneo. Nem por isso movimentos repetitivos significam atividade mais densa, mais intensa, no sentido que procuramos definir neste artigo. Significam atividades repetitivas com todas as suas consequências para a saúde do trabalhador. Pesquisar como atividades repetitivas requerem esforço redobrado, concentração maior do trabalhador, é outra questão. Parece evidente que, neste caso hipotético, o impacto acumulado do trabalho repetitivo – acumulado e denso – é muito maior sobre o sujeito da atividade.

A questão 24 avança mais ainda no terreno das condições físicas do trabalho, propondo nove perguntas a respeito de qualidade, tais como “posições cansativas ou penosas”, “carregamento ou deslocamento de volumes pesados”, “trabalhar com

computador”, “usar a internet/e-mail para fins profissionais”. Retoma-se o argumento do parágrafo anterior. Fazer uso da internet/e-mail no emprego, não o torna, por si só, mais condensado. É necessário averiguar a presença dos critérios de demarcação da intensidade laboral.

Por último, menciona-se um importante conjunto de questões presentes no questionário relacionado com intensidade laborativa. As perguntas 66 e 69 do questionário EWCS referem-se à saúde do trabalhador. À medida que excede as fronteiras da resistência, o grau da intensidade torna-se um risco, podendo implicar em consequências negativas para a saúde física e psicológica do trabalhador.

Conclusão

Questões conceituais e metodológicas do tratamento da intensidade do tempo de trabalho compuseram a estrutura deste artigo, que fez uso abundante da literatura clássica e contemporânea. Empregaram-se ainda relatórios de pesquisa da Fundação Europeia para discutir conceitos e decisões metodológicas.

A formulação clássica de intensidade laboral em economia política está integrada à teoria do valor, o que permite suscitar duas questões: a precisa definição do conceito e o papel que exerce na produção, circulação e realização dos valores nas diversas esferas da economia. A definição do conceito é realizada por meio de um conjunto de metáforas, que indicam “gasto aumentado do trabalho em um mesmo intervalo de tempo”, “elevada tensão da força de trabalho”, “preenchimento dos intervalos dos dias de trabalho”, “condensação” e “densidade laboral” (Marx, 1975, I: 409). Embora as expressões não sejam sinônimas, giram em torno da ideia de que a intensidade laboral envolve, conforme seu grau, maior gasto de trabalho. O processo de intensificação laboral significa um aumento na produção de mais trabalho e de mais valor e este é o aspecto mais relevante do papel da intensidade na teoria do valor, pois permite a continuidade da acumulação, mesmo em situações de redução da duração da jornada laboral.

Os *surveys* EWCS caracterizam intensidade como cadência do trabalho, velocidade e prazos rígidos. Com tais elementos, a Eurofound realiza uma respeitável pesquisa há duas décadas. Entretanto, cadência, velocidade e prazos não cobrem todas as dimensões conceituais imaginadas na economia política clássica da teoria do valor. Veja-se que cadência, velocidade e prazos não ocupam o espaço conceitual de “preenchimento dos intervalos dos dias de trabalho”, nem mesmo “densificação”. O que significa isto? Há trabalhos mais intensos, por exigirem maior esforço do trabalhador, cuja cadência não é mais rápida, nem tem velocidade maior, nem são feitos em prazos mais apertados. Sirva como demonstração uma aula ministrada por um

professor: não há cadência ou velocidade maior, nem prazo mais rígido, entretanto a aula é mais densa, mais intensa, pelo grau de concentração e esforço do docente, resultando em aula de conteúdo muito mais profundo, ou então pela quantidade maior de alunos. Com isso, o conceito empregado sistematicamente pelo EWCS perde uma dimensão crucial da noção de intensidade. Por certo, aqueles *surveys* contêm um mérito inquestionável, e isso por várias razões, dentre as quais a demonstração de como a intensidade tornou-se um fator estrutural do trabalho moderno.

Os estudos clássicos iniciais sobre intensidade do trabalho foram responsáveis por identificar um fenômeno que se mostra, com o passar do tempo, cada vez mais relevante e abrangente. Na atualidade, os pesquisadores empregam definições e metodologias diferenciadas para captar as novas sutilezas históricas do fenômeno: os European Surveys (EWCS) operam com a cadência (ritmo) do trabalho e seus determinantes, outros pesquisadores atuam com a noção de intensidade como esforço (Green, 2000), ou carga de trabalho (Durand & Girard, 2002; Fernex, 2000; Bartoli, 1980), ou com uma série de indicadores (Dal Rosso, 2008). Diante dessas dificuldades de consenso, Cardoso (2013) sugere a ideia de conceito em construção.

O artigo também colocou em discussão questões metodológicas da pesquisa sobre intensidade laboral. Duas principais estratégias de levantamentos são comumente empregadas. Uma de caráter mais qualitativo lança mão de entrevistas semiestruturadas e entrevistas abertas para produzir informações sobre o grau de intensidade do tempo de trabalho percebido pelos empregados. O sucesso desta escolha metodológica transparece do estudo de Sguissardi e Silva Junior (2009). A outra são *surveys* com esquemas amostrais rígidos que permitem coletar informações por meio de questionários aplicados mediante entrevistas com trabalhadores. *Surveys* sempre tiveram um viés mais quantitavista. Como existe uma experiência de mais de vinte anos de utilização de *surveys* pelas equipes que trabalham com os EWCS, os questionários foram analisados, os relatórios de pesquisa lidos e os elementos conceituais e as decisões metodológicas discutidos.

O propósito dos *surveys* é alcançar a objetividade máxima junto à generalização. Assim também ocorre com os *surveys* EWCS. Entretanto, submetidos a uma avaliação crítica, a estratégia de pesquisa apresentou algumas dificuldades metodológicas. Toda a pesquisa instrumentalizada por questionário – a envolver entrevistador e entrevistado – cria uma relação social artificial, na qual é impossível excluir as marcas da subjetividade, visto serem parte da relação social construída. É o dilema da subjetividade na objetividade. Em relação a isto, fica nas mãos dos pesquisadores apenas a capacidade de reduzir o efeito da subjetividade, que pode provir tanto da relação como do entrevistador ou do entrevistado. Isto o *survey* faz especialmente na questão sobre os determinantes da cadência do trabalho, quando reduz as influên-

cias subjetivas ao mínimo. Por outro lado, mostramos que o indicador “cadência do trabalho” não cobre importantes dimensões da intensidade laboral. Indicamos, igualmente, que os determinantes da cadência laboral deixam de lado alternativas relevantes, entre elas a questão do papel do indivíduo na determinação da cadência do trabalho e diversas outras determinações ligadas ao toyotismo, exemplificadas pela polivalência, pela policompetência e pela redistribuição de tarefas.

Surveys sistematicamente repetidos permitem tecer uma visão de história e de tendência do fenômeno.

Work intensification will be an enduring situation because the causes will be ongoing – unemployment, weak labor unions, new methods of management and higher levels of education (Burchell et alii, 2009: 27).

Estes mesmos resultados não são alcançados por *surveys* aplicados esporadicamente, porque representam fotografias de momentos isolados.

Equacionadas as questões conceituais, teóricas, metodológicas e epistemológicas, os estudos sobre intensidade desempenham um papel social extremamente relevante ao abordarem implicações dos processos de gasto aumentado de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores. Estes estudos servem para formar um padrão condizente com a condição de civilidade desejada para o trabalho. Neste sentido, mais pesquisa, especialmente a realização de *surveys* de abrangência nacional, contribuiria para a definição de políticas públicas do trabalho, bem como para a presença de problemas decorrentes de uma intensificação excessiva do labor nas pautas de negociação sindical e dos movimentos sociais.

The subject matter of this paper is the phenomenon of work intensity in its conceptual and methodological practices. Recent research made in several countries show that intensification of work is a structuring component in contemporary society and that such tendency may extend for undetermined time under the neoliberal paradigm of hegemony of contemporary world economic relations. The same consensus does not prevail in conceptual definitions of the phenomenon, its theoretical assumptions and methodological implications. An analysis of such lack of consensus is the main goal of this paper. A literature review since the labor theory of value until contemporary research is undertaken. The conceptual and methodological is made regarding the European Working Condition Surveys, whose questionnaire and reports are analyzed about subjectivity and objectivity and the relations of the empirical practices with conceptual definitions. This essay of conceptual and methodological critique aims at contributing with the formulation of parameters that may contribute with the making of necessary researches regarding the Brazilian context, given the implications of the labor intensification process on health conditions of the working people.

Key words: labor theory of value; work intensity; concepts; methodology.

Referências

- ALLAN, C.; O'DONNELL, M.; PEETZ, D. More tasks, less secure, working harder: three dimensions of labour utilisation. *The Journal of Industrial Relations*, v. 41, n. 4, p. 519-535, Dec. 1999.
- AMORIM, H. J. D. *Valor trabalho e imaterialidade da produção nas sociedades contemporâneas*. Buenos Aires: Clacso, 2012
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ASKENAZY, Ph. The consequences of new workplace practices in the United States. Centre d'Études de l'Emploi. Séminaire Intensification du travail, deuxième séance. Noisy-le-Grand: ENPC, France: 2000.
- BARBOSA, S. J. *A intensificação do trabalho docente na escola pública* (Dissertação de Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- BARTOLI, M. *L'intensité du travail* (Thèse de Doctorat d'État en Sciences Économiques) – Université des Sciences Sociales de Grenoble, Suisse, 1980.
- BOISARD *et alii*. *Time and work: work intensity (report)*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2003.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. *Le métier de sociologue. Préalables épistémologiques*. Paris: Mouton, 1983.
- BURCHELL *et alii*. *Working conditions in the European Union: working time and work intensity*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2009.
- CARDOSO, A. C. M. *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho. Disputas em torno da jornada do trabalhador*. São Paulo: Annablume, 2009.
- . Organização e intensificação do tempo de trabalho. *Sociedade e Estado*, v. 28, n. 2, Maio-Ago 2013.
- CENTRE D'ÉTUDES DE L'EMPLOI (CEE). Séminaire et colloque intensification du travail. Sur l'Internet. Paris, 2002.
- CONINCK, F. ; GOLLAC, M. "L'intensification du travail: de quoi parle-t-on?" In: ASKENAZY P.; CARTRON D.; DE CONINCK F.; GOLLAC M. *Organisation et intensité du travail*. collection "Le travail en débats", p. 3-10. Toulouse, France: Éditions Octarès, 2006.

COSTA, C. Superexploração do trabalho na lavoura de cana-de-açúcar. Relatorias Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, Informe 2005. Rio de Janeiro: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, 2006.

DAL ROSSO, S. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

———. *Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013, mimeo.

DURAND, J.-P.; GIRARD, S. Attribution, perception et négociation de la charge de travail. *Les Cahiers d'Évry*, Université d'Évry, France, Maio 2002.

EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS. *Working time and work intensity*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. 2006.

———. *5th European Survey on Working Conditions (2010). Questionnaire*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2012.

FERNEX, A. Intensité du travail, définition, mesure, évolutions. Colloque Intensification du travail, Centre d'Études de l'Emploi, Paris. 2000.

FORD, H. *Princípios da prosperidade: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria*. Rio de Janeiro: Brand, 1954.

GOLLAC, M.; VOLKOFF, S. Citius, altius, fortius. L'intensification du travail. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 114, Set. 1996.

GORGEU, A.; MATHIEU, R.; PIALOUX, M. Polyvalence, polycompétence ouvrières et intensification du travail : l'exemple de l'industrie automobile. Colloque Intensification du travail. Paris: Centre d'Études de l'Emploi, 2002.

GREEN, F. *It's been a hard day's night: the concentration and intensification of work in late 20th century Britain*. Kent (UK): Department of Economics, University of Kent at Canterbury, 1999 (working paper).

———. *Why has work effort become more intense? Conjectures and evidence about effort-biased technical change and other stories*. Kent (UK): Department of Economics, University of Kent at Canterbury, 2000 (working paper).

GREEN, F.; MCINTOSH, S. "The intensification of work in Europe". *Labour Economics*, n. 8, p. 291-308, Maio, 2001.

LEE, S.; McCANN, D.; MESSENGER, J. C. *Duração do trabalho em todo o mundo*. Brasília: OIT. 2009.

MARX, K. *O capital*. v. 1. New York: International Publishers, 1975.

MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*, México D.F., Ediciones Era. 1973.

MERLLIÉ, D.; PAOLI, P. *Ten years of working conditions in the European Union (Summary)*. Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2000.

PARENT-THIRION, A. *et alii*. *5th European working Conditions Survey. Overview Report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2012.

PEREIRA, L. *Depressão: mobilização e sofrimento social* (Tese de Doutorado) – Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *Order out of chaos: man's new dialogue with nature*. New York: Bentam, 1984.

OHNO, T. *L'esprit Toyota*. Paris: Masson, 1989.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais*. São Paulo: Xamã. 2009.

TAYLOR, F. W. *The principles of scientific management*. New York: Norton and Company, 1967.